

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

La participación en el Estado social y democrático de Derecho	
Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	13
1 Introducción	13
2 Participación e interés general	14
3 Participación y estado de bienestar	16
4 Reforma del estado de bienestar y participación	17
5 La participación como objetivo y como método	27
6 Reflexión final	35
Bibliografía	38

A administração eleitoral espanhola

Pablo Santolaya	41
1 Da dificuldade, e necessidade, de utilizar o direito comparado para estudar os organismos eleitorais	41
2 Uma tentativa de classificação dos organismos eleitorais pela posição que ocupam em uma "escala de confiança"	42
3 O modelo espanhol. Administração eleitoral e funções governativas nos processos eleitorais	45
4 A administração eleitoral em sentido estrito; em particular a Junta Eleitoral Central	46
4.1 Sua difícil localização no esquema de separação de poderes	47
4.1.1 A administração eleitoral como Poder Legislativo	47
4.1.2 A administração eleitoral como Poder Judiciário	48
4.1.3 Sua consideração como administração independente	49
4.1.4 A administração eleitoral como órgão à margem da separação de poderes	51
4.1.5 Conclusão: uma descrição empírica da Junta Eleitoral Central com alguns elementos paradoxais	52
4.2 Uma atípica composição	52
4.3 Uma objetiva debilidade institucional	56
4.4 Um modelo que funciona adequadamente e que, portanto, parece destinado a permanecer	58
4.5 Dois riscos para o sistema	59
4.5.1 As suspensões cautelarríssimas das decisões da Junta	60
4.5.2 A invasão pela Junta Eleitoral Central no campo do legislador	61
Referências	63

Há um Direito à Privacidade e Intimidade absolutos na ordem jurídica e política democráticas contemporâneas, notadamente em face de informações de interesse público indisponíveis?

Rogério Gesta Leal	65
1 Notas introdutórias	66
1.1 Qual o estado da arte do Direito Fundamental à Privacidade e Intimidade no Brasil?	66

2	Acesso a informações atinentes aos atos de terror de Estado praticados pelo regime de exceção no Brasil e o Direito Fundamental à Privacidade e Intimidade – Uma difícil equação.....	81
3	A Lei Federal nº 12.527, de 18.11.2011, e o Direito Fundamental à Privacidade e Intimidade no Brasil – Considerações finais.....	88
	Referências.....	94

Corrupción y derecho administrativo

Alfonso Buteler	97	
1	Introducción.....	97
2	Una aproximación al fenómeno de la corrupción.....	98
3	El impacto sobre el derecho administrativo.....	107
4	Reflexiones finales.....	117

Imperatividade das normas éticas no âmbito da Administração Pública

Luis Manuel Fonseca Pires	119	
1	A lenda da mulher insuspeita.....	119
2	Um encontro ético.....	122
3	Vinculações entre a moral e o direito.....	124
4	O <i>pensar o outro</i> na função pública.....	127
	Referências.....	130

Justiça de transição e direitos humanos: dilemas na afirmação de um direito a esquecer

Vanice Regina Lírio do Valle, Luciana Almeida Menezes	133	
1	Redemocratização e os desafios dessa transição sob a perspectiva dos direitos humanos.....	134
2	Compreendendo as experiências mais recentes de justiça de transição: alguns antecedentes históricos.....	137
3	Justiça de transição brasileira dentro do contexto histórico da Lei nº 6.683/79.....	142
4	Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil.....	145
5	Ainda perplexidades em relação à viabilidade jurídica da afirmação de um direito a esquecer: as matérias não enfrentadas pela CIDH no Caso Lund.....	149
6	Conclusão.....	152
	Referências.....	154

Os limites explícitos e implícitos aos processos formais e informais de mudança da Constituição: ensaio em defesa do constitucionalismo e da democracia

Eneida Desiree Salgado	159
-------------------------------------	-----

A licitação pública como instrumento de concretização do direito fundamental ao desenvolvimento nacional sustentável

Daniel Ferreira, Anna Flávia Camilli Oliveira Giusti	177	
	Contextualização necessária.....	177
	Desenvolvimento não se confunde com crescimento.....	178
	O desenvolvimento nacional como direito — e fundamental, de terceira geração.....	179
	Políticas públicas e desenvolvimento nacional sustentável.....	181
	Políticas públicas para o desenvolvimento nacional sustentável.....	182
	Função social das licitações públicas.....	184
	A superação da (potencial) "função social" das licitações públicas pelo "dever legal" de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.....	188
	Em síntese.....	191
	Referências.....	191

A questão da justa indenização nas ações de desapropriação por utilidade pública (megaeventos esportivos): uma discussão a partir do direito fundamental à moradia, do direito à cidade e do princípio da dignidade humana		
Marise Costa de Souza Duarte, Ricardo Duarte Jr.		195
1	Introdução	196
2	O direito à moradia e seu regime jurídico de proteção e o direito à cidade	197
3	Aspectos gerais do instituto da desapropriação	202
4	Da desapropriação da posse: uma possibilidade em nosso sistema jurídico	206
5	A justa indenização: da insuficiência do critério estritamente monetário	208
6	Uma nova e necessária visão da desapropriação por utilidade pública (em megaeventos esportivos) e a inaplicabilidade do Decreto-Lei nº 3.365/41	212
	Conclusões	217
	Referências	219
Prorrogação de prazo como forma de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica		
Márcio Alceu Pazeto		223
1	Introdução	224
2	Equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviço público	225
3	O serviço público de energia elétrica e o contrato de concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica	230
4	Prorrogação de prazo como meio de reequilíbrio econômico-financeiro	238
5	Conclusão	243
	Referências	244
ÍNDICE		247
ABSTRACTS		251
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES		255